

ALICE MONTEIRO DE BARROS

*Juíza togada do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e
Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Faculdade de
Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.*



CONTRATOS E REGULAMENTAÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

**Peculiaridades, Aspectos Controvertidos
e Tendências**

**3ª edição
revista e ampliada**



ÍNDICE

PREFÁCIO	25
INTRODUÇÃO	27
ADVOGADO	
1. Introdução	41
2. O advogado empregado	42
2.1. O advogado em face da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994	46
3. Advogado	46
3.1. Sindicato de profissionais liberais. Legitimidade para re- presentar o advogado empregado em juízo	46
3.2. Categoria diferenciada	47
4. Salário	49
4.1. Honorários advocatícios	50
4.2. Equiparação salarial	51
5. Jornada de trabalho	52
5.1. Dedicção exclusiva	54
6. Litigância de má-fé — solidariedade do advogado com a parte ..	55
7. Dano moral	57
8. Acumulação de funções	58
9. O advogado e o exercício de cargo de confiança	59
10. Estabilidade provisória	59
AERONAUTA	
1. Conceito	60
2. Classificação	61
3. Jornada de trabalho	62
3.1. Aumento de limite na jornada do aeronauta	63
3.2. A hora noturna	64
3.3. Máximo de horas semanais e mensais permitidas ao aero- nauta — sobreaviso e reserva	64
3.4. Tratamento especial para o aeronauta de táxi aéreo quanto ao período máximo de trabalho consecutivo	64
3.5. Limites de voo e pouso permitidos para uma jornada	64
4. Repouso do aeronauta	65
4.1. Folga periódica	66

5. Alimentação	66
6. Medidas contra a discriminação — exigência de idade para a função de piloto	67
7. Transferência do aeronauta	67
8. Piloto de aeronave — adicional de periculosidade. Comissário de bordo	68
9. Competência	69
10. Norma coletiva. Compensação orgânica	69
11. Justa causa	71

AEROVIÁRIO

1. Conceito	73
1.1. Trabalhador em empresa prestadora de serviços auxiliares de transporte aéreo	74
1.2. Enquadramento de mecânico	75
2. Jornada e intervalos obrigatórios	75
3. Adicional de periculosidade	77
4. Da alteração contratual	77
5. Do trabalho da mulher e do menor	78
6. Da higiene e segurança do trabalho	79

ARTISTA

1. Introdução	80
2. O artista empregado em face da Lei n. 6.533, de 1978	80
3. Exercício da profissão. Registro prévio	82
3.1. Conceito de empregador no meio artístico	82
3.2. A contratação do figurante	83
3.3. Artista substituto para serviços eventuais	84
3.4. Serviços de montagem de palco. Descontinuidade da atividade de bailarina em época de reduzida ativação	84
3.5. O trabalho do menor no espetáculo	85
4. Natureza jurídica do contrato do artista. Tendência	88
4.1. O caráter especial da relação de trabalho subordinado do artista	90
5. Conteúdo do contrato e classificação quanto à duração	90
6. Cláusula de exclusividade	91
7. Dublagem	91
8. Jornada dos artistas	92
9. Repouso semanal remunerado	92
10. Textos destinados à memorização	94

11. Acumulação de funções artísticas	94
12. O princípio da isonomia e o trabalho artístico	94
13. Execução do trabalho fora do local da contratação. Fornecimento de guarda-roupa. Penhor legal sobre equipamento	95
14. Proteção à integridade física e moral do artista	95
15. Resilição do contrato por prazo determinado	96
16. Os filhos de artistas	96

ATLETA

1. Evolução das teorias sobre a natureza jurídica do contrato firmado com o atleta	97
2. Atleta profissional do futebol e outros trabalhadores que participam deste espetáculo	102
2.1. Árbitro de futebol	103
2.2. Treinador profissional de futebol	105
2.3. Porteiros de sede de clube de futebol e fiscais	106
2.4. Gandulas	106
3. O jogador de futebol	107
3.1. Introdução	107
3.2. A organização do desporto de rendimento no Brasil	107
3.2.1. O desporto profissional	107
3.2.2. O desporto não-profissional	108
3.3. Normas reguladoras da relação de trabalho especial do jogador de futebol	108
3.3.1. Dualidade normativa	109
3.4. Contrato de trabalho do atleta profissional do futebol	110
3.4.1. Duração	110
3.4.2. A capacidade para contratar	111
3.4.3. Conteúdo do contrato	111
3.4.4. Cláusula penal	111
3.4.5. O atleta estrangeiro	113
3.4.6. Monitor de futebol	114
3.5. Poder disciplinar do empregador. A instituição da multa	114
3.5.1. Deveres da entidade de prática desportiva empregadora	114
3.5.2. Deveres do atleta	115
3.6. Conceito jurídico de salário. Componentes	115
3.6.1. Luvas	116

3.6.2. "Bicho"	117
3.6.3. O passe	117
3.6.3.1. Penhora do valor do passe	120
3.6.4. Clube desportivo. Inaplicabilidade da teoria da despersonalização da pessoa jurídica. A Constituição das entidades desportivas em sociedade. Responsabilidade dos dirigentes	121
3.7. Direito de arena	123
3.7.1. O direito à imagem	124
3.8. Da duração do trabalho	125
3.8.1. Horário	125
3.8.2. Concentração	127
3.8.3. Férias	129
3.9. Excursões ao exterior	129
3.10. A participação do atleta em seleção	129
3.11. Cessão ou transferência do atleta profissional	130
3.12. Cessação do contrato de trabalho do atleta	131
3.12.1. Rescisão indireta	131
3.12.1.1. O direito à ocupação efetiva do desportista. Descumprimento do dever de propiciar trabalho	132
3.12.2. Justa causa	133
a. Atos de improbidade. O suborno	133
b. Incontinência de conduta e pena de reclusão	133
c. Outras faltas previstas no art. 482 da CLT	135
3.12.3. Resilição	138
3.12.4. Término da vigência do contrato	139
3.13. FGTS	139
3.14. Prescrição	140
3.15. Doença profissional. Distensão muscular	140
3.16. Integridade moral do jogador de futebol	140
3.17. Competência da Justiça do Trabalho	141

BANCÁRIO

1. Fundamentos	143
2. Jornada especial — destinatários	143
3. Empregados de financeira e bancos regionais	145

4. Enquadramento dos empregados de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários, de cooperativa de crédito e de administradora de cartão de crédito	146
5. Vigias, vigilantes e empregados que pertencem à categoria diferenciada	147
6. Empresa de processamento de dados que presta serviços a Bancos. Inaplicabilidade da Súmula n. 239 à PROBAM e a outras empresas do mesmo gênero	148
6.1. Enquadramento dos empregados da ASBACE (Associação Brasileira de Bancos Estaduais)	150
7. Bancários excluídos das regras especiais	152
7.1. Pedreiro de Banco	154
8. Remuneração	154
9. Horas extras — pré-contratação	156
10. Justa causa	156
11. Reintegração de bancário dispensado sem motivação por Banco constituído sob a forma de sociedade de economia mista ...	158
12. Bancário e adicional de transferência	158
13. Bancário vítima de assalto	159
14. Complementação de aposentadoria	159
15. Sucessão — liquidação extrajudicial de instituições financeiras ...	161
16. Execução trabalhista na liquidação extrajudicial	165

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

1. Contrato de experiência e período de experiência	166
2. Conceito	166
3. Natureza jurídica	166
4. Forma. Tendência na legislação estrangeira	167
5. Classificação e prazo	169
6. Equívoco na contagem do prazo	169
7. Objeto	170
7.1. Contrato de experiência e primeiro emprego	172
8. Contrato de experiência que sucede a um contrato temporário ..	172
9. Prorrogação	172
10. Renovação	173
11. Necessidade ou não de expor as razões pelas quais não prosseguiu o contrato	174
12. Contrato de experiência e empregado rural	174

13. Contrato de experiência e empregado doméstico. Tendência na legislação estrangeira	175
14. Contrato de experiência. Consórcio de empresas	176
15. Contrato de experiência e doença no seu curso	176
16. Contrato de experiência e estabilidade provisória	177
17. Cessação do contrato de experiência e direitos assegurados ao empregado	178
18. O contrato de experiência na legislação estrangeira. Tendência	180
DIGITADOR	
1. Introdução	183
2. Enquadramento	183
3. Intervalo e jornada	183
4. Proteção à saúde dos digitadores	184
DOMÉSTICO	
1. Evolução legislativa	186
2. Conceito	187
3. Pessoa que presta serviços de acompanhamento ou enfermagem no âmbito familiar ou em casa de repouso, em caráter particular ..	191
3.1. Utilização de enfermeiros ou técnico em enfermagem por meio de cooperativas	192
3.2. Serviço doméstico a pessoas que vivem comunitariamente — república de estudantes	194
3.3. Serviços de natureza doméstica a um condomínio	195
3.4. Empregada a domicílio	196
3.5. Pedreiro que trabalha na construção de residência	196
3.6. “Diarista”. Tendência na legislação estrangeira	198
3.7. Serviço doméstico acumulado com serviço em atividade lucrativa	204
3.8. Acréscimo de atividades	204
3.9. Doméstico e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego	204
4. Direitos assegurados ou não ao doméstico	205
4.1. Lei n. 5.859, de 1972, e Constituição da República de 1988 ...	205
4.2. Concessão da licença-maternidade	206
4.3. Estabilidade Provisória. Lei n. 11.324, de 2006	206
4.3.1. Estabilidade provisória e acidente do trabalho. Auxílio-doença, reparação pelo dano causado por animal	208

4.4. Vale-transporte	208
4.5. Férias. Duração. Lei n. 11.324, de 2006	209
4.6. Repouso aos domingos e feriados. A matéria à luz do art. 9º da Lei n. 11.324, de 2006	212
4.7. Salário mínimo. Irredutibilidade de salário. A matéria à luz do art. 2º-A da Lei n. 5.859, de 1972, que passou a vigorar com a Lei n. 11.324, de julho de 2006	213
4.8. Uso de uniforme	216
4.9. Jornada de trabalho	216
4.10. Aviso prévio	216
4.11. FGTS	217
4.11.1. Seguro-desemprego	217
4.12. Salário-enfermidade relativo aos 15 primeiros dias de afastamento por doença	218
5. Justas causas	218
6. Contrato de experiência ou de prova. Tendência na legislação estrangeira	219
7. Pedido de demissão — Assistência e multa a que se referem os art. 477 e parágrafos da CLT e 467 do mesmo diploma	220
8. Responsabilidade civil das agências de empregados domésticos	221
9. Sucessão	221
10. Direitos sindicais	222
11. A representação do empregador doméstico na Justiça do Trabalho	222
12. Impenhorabilidade dos bens a que alude a Lei n. 8.009, de 1990, e empregado doméstico	224
13. Prescrição da pretensão do doméstico	224
14. Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher	226

EMPREGADO A DOMICÍLIO

1. Escorço histórico	228
2. Setores que se utilizam do trabalho a domicílio	228
3. Intervenção legislativa	229
4. Conceito	229
5. Vantagens e desvantagens do trabalho a domicílio	231
6. O perfil do trabalhador a domicílio	232
7. O trabalho a domicílio no Brasil	233

8. O trabalho a domicílio e a legislação estrangeira. Tendências	233
8.1. Itália	234
8.2. Argentina	235
8.3. Venezuela	236

EMPREGADO OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA

1. Conceito	237
1.1. Diretor de S/A	239
2. Consequências práticas de sua qualificação jurídica	242
3. Ocupantes de cargo de confiança específica	244
4. O ocupante de cargo de confiança e a legislação estrangeira	246
4.1. O dirigente no Direito do Trabalho italiano	246
4.1.1. Práticas discriminatórias	248
4.1.2. Os direitos assegurados aos dirigentes na legislação italiana	249
4.2. O dirigente na legislação de outros países	250

ENGENHEIROS

1. Salário mínimo profissional e adicional noturno	253
2. Dirigentes do CREA e estabilidade provisória	256
3. Trabalhadores do CREA e de outros Conselhos Regionais em face da estabilidade do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	256

FERROVIÁRIO

1. Conceito de serviço ferroviário	259
2. Jornada de trabalho dos ferroviários — frações de meia hora superior a 15 minutos — empregados de estação do interior	260
2.1. Tempo à disposição do empregador	261
2.2. O pessoal das equipagens de trens	262
2.3. A duração do trabalho nos casos de urgência	263
2.4. Horário de trabalho dos cabineiros nas estações de tráfego intenso e dos operadores telegrafistas	264
3. Intervalo entre as duas jornadas do ferroviário	264
4. Empregados extranumerários, de sobreaviso e de prontidão	264
5. Turno ininterrupto de revezamento e o ferroviário	265
6. Adicional de transferência	266

FISIOTERAPEUTA	267
-----------------------------	------------

JORNALISTA

1. Conceito de jornalista	269
1.1. Assessoria de imprensa	270
1.2. Colaborador	271
1.3. Comentarista esportivo	271
2. Empresa jornalística	271
3. Da necessidade do registro do diploma de curso superior de jornalismo ou comunicação social. Tendência	272
4. Atribuições do jornalista	276
5. Jornada de trabalho e intervalo	277
6. Equiparação salarial	278
7. Cláusula de consciência e de segredo profissional	279
7.1. Liberdade de pensamento	282
8. Omissão de autoria em fotos publicadas. Dano moral	282
9. Precedentes normativos do TST. Jornalista	284

MARÍTIMO

1. Histórico	285
2. Normas internacionais da OIT sobre a temática	285
3. Tratamento legal no Brasil	287
4. Conceito de marítimo	287
4.1. Classificação dos marítimos	287
4.2. Contrato de trabalho do marítimo	287
4.3. Natureza do contrato de trabalho	288
4.4. Conceito de embarcação. Embarcação utilizada nos esportes e lazer	289
4.5. Trabalhadores em oficinas, estaleiros, em boutiques ou espaços para recreação situados dentro das embarcações ..	290
5. Particularidades do trabalho marítimo	291
5.1. O aviso prévio.	291
5.2. Jornada do marítimo	291
5.3. O trabalho executado aos domingos e feriados	293
5.4. Permanência do tripulante a bordo durante o período de repouso	293

5.5. Adicional noturno	293
5.6. Férias	293
6. Alimentação	294
6.1. Quinhão no frete	294
7. Extensão das normas celetistas	295
8. Competência para dirimir as controvérsias	295

MÉDICOS E DENTISTAS

1. Da relação de emprego	296
1.1. Residência médica	297
1.2. Médico credenciado	298
2. Duração do trabalho	300
3. Salário profissional	300
4. Cargos de chefia	300
5. Adicional de insalubridade	300
6. Erro médico	301
7. Segredo profissional	302

MENOR

1. Introdução	304
2. Fundamentos da tutela especial	305
3. Evolução legislativa	305
4. O trabalho do menor e a ação internacional. Tendência	308
4.1. A concentração de trabalhadores menores no Brasil	311
5. O trabalho do menor à luz das Constituições Brasileiras	311
5.1. Eficácia do contrato de trabalho do menor em face da lei vigente à época de sua admissão no emprego	313
6. Destinatários das normas trabalhistas constantes do Capítulo IV, do Título III, da CLT	313
7. A capacidade laboral. Distinção entre criança e adolescente	314
8. Contratação e desligamento	315
9. Trabalhos proibidos — fundamentos	317
10. Limites à jornada de trabalho do menor	321
11. Férias e repouso	322
12. Recibos	322

13. Prescrição — direitos oriundos de sucessão	323
14. O salário do trabalhador rural menor	323
15. Deveres dos responsáveis legais	324
16. Deveres dos empregadores	325
17. O menor aprendiz	325
17.1. Evolução histórica — conceito de contrato de aprendizagem — requisitos de validade. Distinção entre aprendiz e estagiário	325
17.2. Duração	329
17.3. Natureza jurídica	329
17.4. Obrigatoriedade de contratação de aprendizes	330
17.5. Locais destinados a ministrar o aprendizado	330
17.6. Restrições ao contrato de trabalho do aprendiz	331
17.7. Salário, jornada e FGTS em face das inovações introduzidas pela Lei n. 10.097, de 2000	331
17.8. Cessação do contrato de aprendizagem. Justa causa	333
18. Aspectos processuais relacionados com o trabalho do menor .	333
19. Trabalho educativo	334
20. Conselho tutelar: composição e atribuições. Natureza do vínculo estabelecido com o conselheiro	335
21. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) .	337
21.1. Introdução	337
21.2. Destinatários	338
21.3. Coordenação do Programa	339
21.4. Contratação	339
21.5. Sanção	339

MINEIRO

1. Jornada, restrições ao trabalho em minas, medidas de higiene e segurança	340
2. Restrições ao trabalho no subsolo	345
3. A Convenção n. 176 da OIT	345

MULHER

1. Escorço histórico	347
1.1. O trabalho da mulher e os organismos internacionais	347
1.2. Primeiras leis sobre o trabalho da mulher no Brasil	348
1.3. Restrições ao trabalho das mulheres	349

1.3.1. Trabalho noturno	349
1.3.2. Trabalho em condições insalubres, perigosas e penosas (nas minerações, em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular)	351
1.3.3. Trabalho em horas extras e com peso	351
1.4. Proteção à maternidade	356
1.4.1. Influência das normas internacionais da OIT sobre a legislação brasileira	356
1.4.2. Destinatárias da tutela legal	357
1.4.2.1. Mãe adotiva e a Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002	358
1.4.3. Duração da licença-maternidade	360
1.4.4. Natureza das normas	361
1.4.5. Parto antecipado	362
1.4.6. Estado civil da mulher e nascimento sem vida da criança	362
1.4.7. Falecimento da gestante. Tendência na legislação estrangeira	364
1.4.8. Aborto	365
1.4.9. Amamentação. Tendência	366
1.4.10. Filhos gêmeos. Tendência na legislação estrangeira ..	368
1.4.11. Mudança de função. Dispensa de horário para submeter-se a consultas médicas	368
1.4.12. Empregos concomitantes	369
1.4.13. Retribuição da licença-maternidade	369
1.4.14. Garantia de emprego à gestante. Destinatárias. Inclusão da empregada doméstica	371
1.4.15. Dispensa injusta de empregada gestante antes do início da licença-maternidade	374
1.4.15.1. Dispensa injusta e não conhecimento da gravidez pela própria empregada	377
1.4.16. Reintegração da empregada gestante	378
1.4.16.1. Ajuizamento da ação após transcorrido total ou parcialmente o período da estabilidade provisória	379
1.4.16.2. Justa causa. Demissão	382
1.4.17. Contratos determinados e empregada gestante	383

1.5. O combate à discriminação	384
1.5.1. Discriminação contra a mulher casada ou trabalhadora grávida	385
1.5.2. Proteção à intimidade da trabalhadora	386
1.6. Revisão sugerida ao Capítulo III, do Título III, da CLT, intitulado "Da Proteção do Trabalho da Mulher"	389
1.7. Penalidades	390
1.8. Conclusão	390

MÚSICO

1. Introdução	391
2. Evolução legislativa	393
3. O trabalho autônomo e o trabalho subordinado. Contrato de equipe	394
4. O contrato individual de trabalho do músico. Sujeitos. Classificação ..	396
5. Registro do músico no órgão competente	397
6. Da duração do trabalho	399
6.1. Jornada	399
6.2. Intervalos, pausas e descansos	400
6.3. Horário especial para músicos de empresas de navegação ..	400
7. Do trabalho dos músicos estrangeiros	401
8. A equiparação salarial e o trabalho dos músicos	402
9. Proteção aos direitos conexos dos músicos	403
10. Proteção à saúde dos músicos	403

PRESIDIÁRIO	405
--------------------------	-----

PROFESSOR

1. Introdução	407
2. Conceito	409
3. Exercício da profissão e falta de registro no Ministério da Educação	410
4. Regulamentação	411
5. Ascensão ao cargo de professor titular	412
6. Enquadramento	413

6.1. Instrutores do SENAI e SENAC	413
6.2. Instrutores de natação, ginástica, voleibol, musculação, futebol, dança e equivalentes	416
6.3. Profissional que trabalha em berçários, creches, pré-escolas e equivalentes	417
6.4. Professor — Orientador Educacional	419
6.5. Professor — Categoria diferenciada	419
6.6. Arrendamento de veículo para transporte escolar	420
7. Inviabilidade de intermediação da mão-de-obra do professor	420
8. Repouso semanal	420
9. Jornada de trabalho — Tempo de duração das aulas e período gasto na correção de provas, trabalhos, preparação de aulas — Intervalo — Adicional noturno	421
9.1. Participação em reuniões, permanência na sala de aula ou outro local aguardando pais de alunos, após o expediente ou durante os intervalos	422
9.2. Diretor de colégio. Enquadramento no inciso II do art. 62 da CLT	423
10. Intervalo entre aulas conhecido como “janela”	424
11. Redução do número de aulas	424
12. Férias escolares e férias anuais	425
13. Gala e luto para os professores	426
14. A modificação da disciplina	427
14.1. Acúmulo de funções	427
14.2. Concorrência desleal	427
15. Concessão do aviso prévio no curso das férias escolares	428
16. Reintegração de professor de fundação universitária despedido sem motivação	429
16.1. Reintegração. Estabilidade provisória. Dirigente de sindicato que não corresponde à categoria profissional do empregado em determinada empresa	429
17. Equiparação salarial	430
18. Proteção à integridade física dos professores. Riscos específicos do pessoal docente	431
19. O professor em face das convenções coletivas	432
20. Dano moral. Escola. Pedido de aluna para ir ao banheiro — Professora: Dispensa	433

RADIALISTA

1. Introdução	436
2. Conceito de radialista	436
3. Conceito de empresas de radiodifusão	437
4. O registro do radialista	437
5. Natureza do contrato de trabalho	439
6. Da cumulação de funções	439
6.1. Da cumulação de funções em setores diversos	442
6.2. Função acumulada com responsabilidade de chefia	444
7. Da duração do trabalho do radialista	444
7.1. Repouso semanal remunerado e férias	445
8. Textos destinados à memorização	445
9. Fornecimentos pelo empregador	445
10. Direitos autorais do radialista	446
11. Cláusula de exclusividade	446
12. Títulos e descrições das funções em que se desdobram as atividades dos radialistas	446

RURÍCOLA

1. O trabalho rural no Brasil. Evolução legislativa	457
2. Conceito	459
2.1. Enquadramento do "bóia-fria" e do "turmeiro" ou "gato"	461
2.2. Enquadramento dos motoristas, apontadores, fiscais, trato- ristas, pedreiros, empregados de escritório, professoras de es- cola rural, fomeiros, trabalhadores do campo de empresa agro- industrial	462
2.3. Trabalhador de cooperativa agrícola	466
2.4. Cooperado e trabalhador rural	467
2.5. Condomínio rural	469
2.6. Trabalho temporário no meio rural	469
3. Fenômeno contratual da promiscuidade	470
4. Contratos mistos	470
5. O caráter <i>intuitu personae</i> do contrato de trabalho do rurícola	471
6. Sucessão	472
7. Duração do trabalho	473

7.1. Jornada, horário e intervalos	473
7.2. Horas <i>in itinere</i>	474
8. Férias	475
9. Faltas ao serviço — Compras — Controle de frequência	476
10. Salário <i>in natura</i>	476
11. Equiparação salarial	479
12. Adicional de insalubridade e periculosidade	480
12.1. Exposição a raios solares	481
13. Oscilações climáticas e trabalho rural	482
14. O trabalho rural do menor	483
14.1. Aprendizagem	483
15. Licença-maternidade	484
16. Salário-família	485
17. Despedida de empregado rural implica igualmente despedida de empregados componentes do mesmo núcleo familiar?	485
18. Ação de despejo	487
19. Relação de trabalho controvertida — Rescisão indireta não comprovada e suas consequências	488
20. Aviso prévio	492
21. Indenização — Limite de 60%	493
22. Indenização e safrista — Contrato coletivo de safra	494
23. Indenização e soma de períodos descontínuos de trabalho. Art. 453 da CLT e inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º pelo Supremo Tribunal Federal	495
24. Programa de Integração Social	498
25. Impenhorabilidade de módulo rural	498
26. Prescrição e créditos trabalhistas do empregado rural	499

TELEFONISTAS — EMPREGADOS NOS SERVIÇOS DE TELEGRAFIA SUBMARINA E SUBFLUVIAL, DE RADIOTELEGRAFIA E RADIOTELEFONIA — OPERADORES DE TELEMARKETING

1. Fundamento da tutela especial	505
2. Campo de aplicação	506
3. Telefonista — Recepcionista	507

4. Operadores de <i>telemarketing</i>	508
5. Disposições legais especiais	509
6. Empregados sujeitos a horários variáveis	510

O TELETRABALHADOR. NOVAS TECNOLOGIAS. NOVAS FORMAS DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA

1. Teletrabalho e trabalho a domicílio	512
2. Vantagens e desvantagens para a empresa	513
3. Vantagens e desvantagens para o trabalhador	514
4. Vantagens para o meio ambiente	515
5. O enquadramento jurídico do teletrabalhador. Indicadores valiosos para a identificação da subordinação jurídica	516
6. Alteração contratual	519
7. Direitos assegurados ao teletrabalhador. Deveres do empregado ...	519
8. Riscos para a segurança e saúde dos teletrabalhadores	520
9. O teletrabalho e a legislação estrangeira. Primeiras manifestações legislativas	523
10. Instrumentos de trabalho	523
11. Segurança, higiene e saúde no trabalho	524
12. Deveres secundários	524
13. Participação e representação coletivas	525

TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO E EMPREGADO

1. Evolução legislativa	526
2. Conceito de avulso	526
3. O trabalho portuário	528
4. Primeiros direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores portuários avulsos	528
4.1. O avulso em face da Constituição de 1988 e da legislação posterior	529
5. Portos organizados e terminais privativos	529
5.1. Portos organizados e portos não organizados	529
5.2. Portos ou terminais privativos	531
5.3. Fiscalização	531

6. Relação de trabalho	531
6.1. Escalação dos trabalhadores portuários	532
6.2. Atribuições do Órgão Gestor de Mão-de-Obra	534
6.3. Da competência	536

TRABALHADOR TEMPORÁRIO

1. Escorço histórico	537
2. Conceito	539
3. Vantagens	539
4. Prazo de duração	540
5. Co-contratantes	540
6. Poder de comando	540
7. Direitos assegurados ao trabalhador temporário	541
8. Indenização prevista no art. 12 da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e FGTS (Lei n. 8.036, de 1990)	541
9. Contrato de trabalho temporário seguido de contrato de experiência	544
10. Justa causa	544
11. Competência	544
12. O trabalho temporário e a legislação estrangeira. Tendência	545
12.1. O funcionamento da empresa de trabalho temporário na legislação estrangeira	549

VENDEDOR-VIAJANTE E PRACISTA

1. Relação de emprego	550
2. Remuneração dos vendedores-viajantes e pracistas	554
2.1. Nascimento do direito às comissões	554
2.2. Inexecução do negócio por vontade do cliente ou do empregador. Cancelamento de vendas	555
2.3. Comissões — Vendas através de licitação	556
2.4. Comissões e exclusividade de zona — Comissões e cessação da relação de emprego	556
2.5. Vendas à prestação. Exigibilidade das comissões	557
2.6. Insolvência do comprador	558
2.7. Cláusula <i>star del credere</i>	559
2.8. Lastro ou fiança	559

3. Comissões — Natureza jurídica. Repercussão na remuneração para os efeitos legais	560
4. Pagamento das comissões	560
5. Acumulação de funções	561
6. Alteração contratual	561
7. Intervalo	562
8. Vendedor-viajante e pracista — Serviço externo — Hora extra	562
9. Enquadramento	562
10. Equiparação salarial	563
11. Cláusula de não-concorrência. Tendência na legislação estrangeira	563
12. Dano moral. Vendedores, supervisores e gerentes de vendas	567
13. Competência da Justiça do Trabalho para dirimir as controvérsias entre vendedor-viajante e empregador	568
BIBLIOGRAFIA	569